

A constituição do conceito de violência no jogo de linguagem mística do MST-CE

Claudiana Nogueira de Alencar*
Marco Antonio Lima do Bonfim**

Resumo

O presente trabalho estudou a significação do conceito de “violência” no “jogo de linguagem” (WITTGENSTEIN, 1989) chamado de “Mística”, do “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Ceará” (MST-CE). Analisamos como a “violência no campo” é experienciada pelos Sem-Terra a partir das músicas “O legado de Zé Wilson” e “Aos 15[20] anos do MST-CE”. Para tanto, nos baseamos na análise dos “atos de fala” (AUSTIN, 1990) e no conceito de “experiência humana” (THOMPSON, 1981). Percebemos que os atos de fala constituintes das músicas ritualizadas pelos Sem-Terra do MST-CE significam a “violência no campo” como uma forma de resistência, pois os “atos de violência” praticados contra os/as camponeses/as do MST-CE provocam uma espécie de indignação por parte dos demais Sem-Terras, reacendendo a chama da luta pela terra.

Palavras-chave

Violência; pragmática; cultura

Abstract

*The present paper studied the signification of the concept of ‘violence’ in the ‘language game’ (WITTGENSTEIN, 1989) so called ‘Mística’ of the landless workers movement in Ceará, termed by ‘Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Ceará’ (MST-CE). We analysed how the “violence in the field” is experienced by the landless workers, using as data the songs *O legado de Zé Wilson* e *Aos 15[20] anos do MST-CE*. In this attempt, we took into consideration the ‘speech acts’ (AUSTIN, 1990) and the conception of ‘human experience’ (THOMPSON, 1981). We realized that the speech acts which constitute the songs ritualized by the landless workers signify ‘field violence’ as a form of resistance since the ‘violent acts’ practiced against the landless workers, for example men and women from MST-CE, cause a feeling of indignation in other landless workers and this fact re-lightens the flaming struggle for the land.*

Keywords

Violence; pragmatics; culture

* Docente Permanente n Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

** Aluno de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

1. Introdução

Este trabalho situa-se em uma proposta de desenvolvimento de uma Pragmática Cultural, um instrumental de trabalho para a pesquisa linguística que permita pensar as questões políticas, econômicas e sociais como próprias de nossas linguagens, de nossas formas de vida cotidiana (ALENCAR, 2010). A partir da percepção do lugar constitutivo da cultura na vida social, a pragmática cultural estuda questões sobre o entendimento de nossa própria responsabilidade linguística, da relevância social do nosso trabalho, de nossas relações políticas com o outro e da produção e circulação de sentidos violentos em práticas culturais. Desse modo, através do estudo dos sentidos da violência nos jogos de linguagem da nossa cultura, filiamo-nos a uma proposta de análise pragmática dos jogos de linguagem, a partir de uma perspectiva crítica dos estudos linguísticos, que inclui em seus objetivos uma tomada de consciência do caráter integral de nossas ações como linguistas e acadêmicos, originadas da natureza política, interativa, e social de nossa experiência linguística (RAJAGOPALAN, 2003; ALENCAR, 2009).

Partindo, portanto, dessa visão pragmática de estudos da linguagem, procuramos analisar, neste estudo, a constituição do conceito de violência no jogo de linguagem mística no MST-CE. A mística pode ser caracterizada como um tipo de ritual teatral que os/as Sem-Terra realizam cotidianamente nos seus acampamentos e assentamentos com o intuito de fortalecer a luta pela terra e pela transformação social no Brasil. Especificamente, analisamos a manifestação da mística “violência no campo” buscando compreender como a experiência (THOMPSON, 1981) da violência no campo é vivenciada pelos Sem-Terra a partir das seguintes canções: “O legado de Zé Wilson” e “Aos 15[20] anos do MST-CE”. Tais canções foram produzidas e ritualizadas pelos integrantes do referido movimento camponês no XXII Encontro Estadual do MST-CE, realizado em dezembro de 2009, no município de Madalena-CE.

O texto está estruturado em cinco seções. Na primeira, relatamos alguns fragmentos referentes à gênese do MST no Brasil e no Ceará e caracterizamos a Mística na sua relação com a violência praticada contra os integrantes do MST. Na segunda, esboçamos os três conceitos lançados para pensar a constituição da violência no contexto das lutas pela terra no Brasil, a saber: o conceito de “experiência humana” (THOMPSON, 1981), o de “jogos de linguagem” (WITTGENSTEIN, 1989) e o de “atos de fala” (AUSTIN, 1990). Na terceira, apresentamos a análise dos atos de fala partindo do jogo de linguagem em questão e, na quarta, apresentamos as nossas considerações.

Considerando a linguagem como ação e entendendo que esta ação delinea formas de subjetividades diversas, esperamos que este artigo possa contribuir para o campo, ainda nascente, de estudos sobre a relação entre significação e violência e suas repercussões em nossas práticas culturais cotidianas.

2. Do surgimento do MST no Brasil e no Ceará

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge no contexto em que o Brasil iniciava um processo de intensa mecanização da lavoura (década de 1970). Esse processo capitalista industrial toma conta da agricultura formando uma sociedade rural complexa, composta de grandes proprietários de terra, uma pequena burguesia agrária, pequenos proprietários de terra e os camponeses (sem-terra), que “expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas” (STÉDILE, 1999, p. 17).

Aliado a esse processo, temos também, neste período, uma ampla mobilização pela democratização do país, com o ressurgimento das greves operárias (1978-1979) e as lutas contra a ditadura militar. De acordo com Stédile, é nessa conjuntura que nasce o MST, pois os camponeses, diante das mudanças industriais que atingiram a lavoura optam por “resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST” (1999, p. 17).

Nesse processo de luta pela terra, o nascimento em 1975 da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Goiânia, foi muito significativo para a reorganização das lutas camponesas. Reorganização, no sentido de que estas lutas já ocorriam “desde a nossa certidão de nascimento como nação” (ROMÃO, 2006, p. 46). Dessa forma, Bernardo sugere que “[...] o MST nasce das lutas que já ocorriam, simultaneamente, nos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul” (1999, p. 19).

Para Romão (2006) fatos como a ocupação das fazendas *Macari* e *Brilhante* no Rio Grande do Sul marcam o nascimento do MST naquela região. No Ceará, segundo Morissawa (2001), a constituição do movimento se deu a partir das vitórias conquistadas nas ocupações de terra que se iniciaram no ano de 1989, nas fazendas reunidas de São Joaquim (área situada entre Quixeramobim, Boa Viagem e Madalena), Quixeramobim, Canindé e Itapiúna. Segundo o autor, “a década de 1990 foi de intensa mobilização e de grandes conquistas pelos sem-terra no Ceará. Foram ocupações em

Crato, Tamboril, Canindé, Massapê, Quixadá, Ocara, entre outros municípios” (2001, p. 188).

Feito esse breve histórico sobre a gênese do MST no Brasil e no Ceará, gostaríamos de destacar a relação entre os/as Sem-Terra e a mística que os constitui.

2.1 Mística e MST: construindo uma “consciência de luta”

Caldart (2004, p. 211) faz um estudo sobre a “Pedagogia do Movimento Sem-Terra”, e no que diz respeito à constituição identitária destes/as trabalhadores/as rurais sem-terra, sustenta que, “do ponto de vista da formação dos sem-terra, a reflexão sobre o sentido de vivenciar a mística no e do Movimento pode ser centrada em alguns dos aspectos identificados no processo de seu cultivo”. Maia (2008), ao abordar a relação existente entre Mística, educação e resistência no MST, afirma que o/a trabalhador/a rural sem-terra integrante do MST vai construindo sua “consciência de luta” na medida em que este/a vivencia a mística. Em suas palavras, “para que o trabalhador rural forme a consciência de luta, a fim de que adquira a coragem para ocupar e resistir, é necessária a mística, pois no MST esta é a alma dos lutadores do povo” (MAIA, 2008, p. 114).

Quer dizer, a Mística, essa forma de “manifestação coletiva de um sentimento [de unidade]” (STÉDILE, 1999, p.132), este ritual recheado de símbolos, “um espírito que põe em funcionamento a ação e a força prática das ideias do MST” (MAIA, 2008, p. 103-104) contribui – por meio do hino do MST, músicas, encenações, gestos, “palavras de ordem”, imagens – para a formação de um sujeito que se sente “Sem Terra”, que se identifica com a luta pela terra. Noutras palavras, é através da Mística que os/as trabalhadores/as rurais sem-terra “vão construindo a consciência e a identidade com a luta e com o Movimento, ou seja, vão se constituindo como **sem-terra**” (MORISSAWA, 2001, p. 205, grifo no original).

Diante disso, podemos questionar, por exemplo, que elementos constituem a Mística e fazem com que ela tenha tanto poder. Para Caldart (2004, p. 211-212), a Mística se relaciona com três aspectos centrais: a) com a formação dos “valores humanos” que sustentam a escolha de continuar na luta; b) com o “cultivo da história” ou da “memória do povo”; c) com a experiência de “produção cultural”, no sentido de “autorrepresentação”, através de símbolos representando o que é “ser Sem-Terra, ser do MST”. Percebe-se, então, que o poder da Mística advém das próprias experiências vivenciadas pelos/as Sem-Terra nos mais variados espaços de que se apropriam, desde o

enfrentamento com os latifundiários, para ocuparem as terras, até o cotidiano vivido nos mais diversos assentamentos e acampamentos coordenados pelo MST.

Para entendermos melhor essa questão, vejamos a descrição de uma Mística sobre ocupação de terra realizada no Assentamento Antônio Conselheiro (Ocara – CE) em setembro de 2003, registrada em Maia (2008, p. 122, grifo no original):

Em primeiro lugar, a abertura com o Hino do MST; em segundo lugar, a cena da ocupação. A encenação da peça “Ocupação de terra” ocorreu com um grupo de dez pessoas – crianças, jovens, adultos e idosos. As pessoas chegam e dizem: ocupa ou não ocupa? E o restante responde: ocupa! Os assentados que estavam se apresentando levavam instrumentos de trabalho, como facão, foice, enxada e a bandeira do MST: cortam o arame da cerca e ocupam a terra, e, por último, chega o latifundiário e diz: “quem deu ordem pra vocês ocuparem esta terra, pois ela é minha?” E o grupo de trabalhadores responde: “esta terra é nossa, pois foi Deus que a fez e deixou para todos nós”. Para terminar, coloca-se a música **Manter a Esperança**.

2.2 O Agronegócio como modelo de agricultura no Brasil: a violência no campo

Como já mencionado na seção referente à gênese do MST, este movimento social se inicia principalmente por conta do processo de mecanização da lavoura brasileira. Tal processo já sinalizava o modelo de agricultura que se concretizaria hoje em nosso país – o agronegócio.

A partir da década de 1990, integrando-se a um novo modelo de divisão internacional do trabalho, o sistema capitalista brasileiro entrou em sua fase neoliberalista, defendendo o livre acúmulo de capital entre as empresas. A partir desse modelo, várias empresas transnacionais começaram a se instalar em países que dispunham de altas taxas de juros, mão de obra barata e o mais importante, terras férteis. É aí que o Brasil passa a ser o alvo predileto destas empresas que buscam o aumento contínuo de seus lucros.

Segundo o jornal “Brasil de Fato” (2007, p. 1), “das 200 maiores empresas que atuam no Brasil, as maiores e mais lucrativas são controladas por bancos ou pelo capital internacional, como a Vale, a Petrobras, a Usiminas, o Banespa, entre outras”.¹ Ainda de acordo com o referido jornal, um dos objetivos dessas transnacionais “é controlar nossa agricultura e alimentos”. E estão fazendo isso comprando terras e usinas para controlar a produção de etanol com o objetivo de exportar para seus países de origem.

¹ O Jornal “Brasil de fato” foi lançado no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 25 de janeiro de 2003. Caracteriza-se por ser um jornal semanal político, de circulação nacional, produzido e coordenado por movimentos sociais como o MST, a Via Campesina, a Consulta Popular e as pastorais sociais para contribuir no debate de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país.

É neste contexto que o MST levanta a bandeira da “Soberania alimentar”, defendendo um modelo de agricultura familiar por meio da qual cada região e municípios do país possa produzir a quantidade necessária de alimentos para toda população sem a intervenção das empresas transnacionais.

A ascensão do agronegócio no Brasil, nos moldes do novo capitalismo, tem sido relacionada com a violência no campo no discurso dos/as trabalhadores/as rurais sem-terra. Como relata Nina Fideles no Jornal *Sem Terra*, “a violência do latifúndio tem se manifestado ao longo dos anos com suas diversas facetas. A presença das empresas transnacionais e a utilização cada vez mais frequente de milícias armadas colocam novos elementos na luta pela reforma agrária. Desde 2005, foram mortos 18 companheiros do MST e 87 foram presos” (2008, p. 4).

Desse modo, a violência no campo vivenciada pelos/as Sem-Terra tem sido um tema constante das místicas do MST ritualizadas pelos trabalhadores sem-terra, como parte da experiência humana destes camponeses.

2.3 A mística do MST como uma “experiência humana”

O historiador de tradição marxista, Edward Thompson (1981) desenvolve a noção de experiência humana, que é entendida como um diálogo entre o “ser social” e a “consciência social”. Diz ele:

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo [...]. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a *experiência* modificada, e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material, o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados (THOMPSON, 1981, p. 16, grifo no original).

A preocupação de Thompson reside em enfatizar que todos os sujeitos (mulheres e homens reais), por viverem em condições reais de vida, conseguem – a partir de suas “experiências” pessoais e coletivas – ser autoprodutores de sua vida e história. Isso implica dizer que nós não somos “atravessados” pelos sentidos, mas os vivemos cotidianamente.

A consideração dos aspectos culturais cotidianos na constituição da realidade social não significa, porém, que se desprezem as condições econômicas, sociais e políticas nesse processo, pois, como nos indica Thompson (1981), cada modo de produção é também uma cultura, e as lutas de classe são também práticas culturais.

Partindo desse conceito de “experiência humana” a partir das práticas culturais cotidianas, compreendidas como jogos de linguagem, pressupomos que a vivência da “violência no campo” é experimentada pelos/as Sem-Terras do MST-CE, em suas místicas, a partir das canções produzidas pelos próprios camponeses. As músicas do MST, quando cantadas nos acampamentos, assentamentos e Encontros Estaduais do referido Movimento Social, ressignificam, por meios dos atos de fala, as experiências cotidianas dos camponeses Sem-Terra.

3. A linguagem como ação: jogos de linguagem e atos de fala

Ludwig Wittgenstein (1989, p. 15) concebe a linguagem como uma “forma de vida”, já que, para o filósofo austríaco, “representar uma linguagem significa representar-se uma forma de vida”. Essa concepção de linguagem implica considerarmos que *na e pela* linguagem realizamos atividades sociais, consideradas por ele como “jogos de linguagem”. Sendo assim, Alencar (2009, p. 70) afirma que “a linguagem [...] [para Wittgenstein] se apresenta em segmentos múltiplos e diferenciados, constituindo cada um deles um jogo de linguagem possível de ser definido como tal a partir da comparação de semelhanças que se repetem numa série de jogos”.

Para podermos perceber melhor o que vem a ser um “jogo de linguagem”, citamos um dos exemplos retirado de Wittgenstein (1989, p. 19): “[...] Descrever um objeto segundo uma descrição (desenho). Pensemos na diversidade de coisas que podem ser denominadas de ‘descrição’: descrição da posição de um corpo pelas suas coordenadas; descrição de uma expressão fisionômica; descrição de uma sensação tátil; de um estado de humor”. Podemos perceber, através deste exemplo, a pluralidade existente nos “jogos de linguagem”, em que cada jogo é constituído através de semelhanças, que, por sua vez, constituem as regras do uso da linguagem em um dado contexto histórico. Em uma frase, a linguagem para Wittgenstein é uma “forma de vida”, uma ação que se realiza nos mais diversos “jogos de linguagem” (“contextos de ação”) de que participamos.

Partindo de uma concepção de linguagem semelhante a que foi esboçada acima, John L. Austin vai propor uma teoria da estrutura da linguagem – a assim chamada “Teoria dos Atos de Fala”.² Essa teoria tem a sua semente plantada a partir das 12

² Sobre o contexto de atuação deste filósofo da linguagem, Paulo Ottoni (1998, p. 21) afirma que “John Langshaw Austin é o porta-voz de todo um processo histórico da filosofia contemporânea [...]; o cenário é

conferências ministradas por Austin na Universidade de Harvard, em 1955, que foram publicadas postumamente em 1962, com o título “How to do things with words”, traduzido para o português como “Quando dizer é fazer”. O teor dessas conferências se relaciona, como já diz o título, ao “[...] que se pode fazer com uma expressão lingüística [...]” (OLIVEIRA, 2006, p. 157), isto é, à questão: quando dizer é fazer?

Tal questionamento surge a partir da inquietação de Austin no que se refere à maneira como a linguagem era entendida pelos filósofos e linguistas de sua época. Mesmo depois de Wittgenstein mostrar que a linguagem é uma “forma de vida” e defender que o significado das palavras é o seu uso nos mais incontáveis “jogos de linguagem”, muitos estudiosos ainda se deixavam cair nos “enfeitiçamentos da linguagem” de que falou Wittgenstein em suas *Investigações Filosóficas*. Ou seja, ainda sustentavam a Teoria Tradicional da linguagem defendendo que a linguagem é essencialmente descritiva.

Portanto, em resposta a essa postura filosófica, Austin (1990, p. 23) afirma que “[n]em todas as declarações verdadeiras ou falsas são descrições”, querendo dizer que a linguagem não se resume à sua função designativa. Isto é, descrever é apenas uma das funções da linguagem, não é a única. E, para desenvolver sua “Filosofia da Linguagem Ordinária”, Austin introduz uma distinção: “ele chama ‘enunciados constatativos’ (e não descritivos, pois a descrição é apenas uma das funções desses enunciados) aos enunciados de fato, de pura constatação. Mas, além desses enunciados, há outros, que não constata fatos ou ações, mas antes eles mesmos executam uma ação, fazem parte de sua operação” (OLIVEIRA, 2006, p. 152).

Em relação aos últimos (enunciados), Austin (1990, p. 25) propõe nomeá-los de “sentenças ou proferimentos performativos” e explicita: “[o] termo ‘performativo’ será usado em uma variedade de formas e construções cognatas, assim como se dá com o termo ‘imperativo’. Evidentemente que este nome é derivado do verbo inglês *to perform*, verbo correlato do substantivo ‘ação’, não sendo, conseqüentemente, um mero equivalente a dizer algo”.

Austin, a princípio, quis mostrar que, ao dizer algo, nós não só dizemos, mas fazemos este algo. Vejamos alguns exemplos:

1. digo “SIM!” no casamento ao juiz ou ao padre;

a discussão sobre a linguagem surgida na Inglaterra pela chamada escola de Oxford; e o momento, as décadas de 1940 e 1950”.

2. batizo um navio com nome de “Titanic”, ao quebrar uma garrafa no casco do navio;
3. deixo meu relógio para meu irmão como parte de meu testamento;
4. aposto cinco reais que amanhã chove.

Tais proferimentos não descrevem fatos, mas os constituem, são a própria ação em andamento; quando digo, por exemplo, “atire nela!”, estou executando uma ordem e não importa aqui se essa sentença é verdadeira ou falsa (como queriam os filósofos tradicionais), mas saber sob que condições esta ação se realiza ou não. Assim, adentramos de fato no terreno do que se pode fazer com palavras, ou melhor, dos “atos de fala”:

Austin cria o ato de fala e o desdobra em três partes, em três atos simultâneos: um ato locucionário, que produz tanto os sons pertencentes a um vocabulário quanto a articulação entre a sintaxe e a semântica, lugar em que se dá a significação no sentido tradicional; um ato ilocucionário, que é o ato de realização de uma ação através de um enunciado [...] Por último, um ato perlocucionário, que é o ato que produz efeito sobre o interlocutor (OTTONI, 1998, p. 35-36).

Exemplificando: digamos que, por ocasião de um assalto, um cidadão diga esta frase: “Cuidado! Ele vai atirar”. É um ato locucionário que este cidadão, por meio dessa expressão linguística, faça uma advertência; agora, que, por meio dessa expressão, o sujeito consiga alertar alguém do disparo, isso é o ato perlocucionário. Note que “os três atos são realizados por meio da mesma expressão linguística, o que manifesta que não se trata de três atos distintos, mas de três dimensões do mesmo ato de fala” (OLIVEIRA, 2006, p. 160).

Austin conclui, portanto, que “[...] o performativo realiza uma ação através de um enunciado, que é a realização de um ato de fala [...]” (OTTONI, 1998, p. 36). Após esta “constatação”, podemos dizer que sua argumentação vai caminhando para, enfim, desaguar em uma “visão performativa da linguagem”. Pois, se todo ato de fala não só realiza uma ação, como é a própria ação, a distinção proposta por Austin, no início de suas conferências, entre enunciados constataativos e performativos, que pretendia (diga-se taticamente) distinguir entre dizer e fazer, não mais se sustenta, “pois o constatar [...] é um ato ilocucionário como qualquer outro, de modo que, quando se faz uma constatação, executa-se um ato ilocucionário semelhante a ameaçar, advertir, protestar, prometer etc.” (OLIVEIRA, 2006, p. 162-163). Ou seja, Austin mostrou que a linguagem sempre foi e sempre será performativa, no sentido de ser ação, movimento, forma de vida humana e não uma ferramenta produzida apenas para descrever a realidade.

Austin (1990, p. 121-122), em sua décima segunda conferência, intitulada “Classes de força ilocucionária”, admite que uma série de questões em aberto fazia face ao seu quadro teórico, iniciando uma tentativa infrutífera de elaborar uma taxonomia para os atos de fala. “Dissemos, há bastante tempo, que necessitávamos de uma lista de ‘verbos performativos explícitos’, mas à luz da teoria mais geral vemos agora que o que necessitávamos é uma lista das *forças ilocucionárias* de um proferimento”. E, assim, lembrando um dos critérios de realização do performativo, qual seja o uso da primeira pessoa do singular do presente do indicativo na voz ativa, Austin distingue cinco classes gerais de verbos ou, talvez inspirado em Wittgenstein, cinco “famílias” gerais de atos de fala. Os novos critérios de significação serão fornecidos agora pelo uso que fazemos da linguagem nos mais diversos jogos, isto é, nas diferentes formas de vida (OTTONI, 1998, p. 76).

Seguindo, então, a força ilocucionária de cada “família” de atos de fala, Austin propôs os seguintes termos classificatórios:

- (1) Veriditivos
- (2) Exercitivos
- (3) Comissivos
- (4) Comportamentais
- (5) Expositivos

Os primeiros, como a própria designação sugere, caracterizam-se por dar um veredito. Isto é, “constituem essencialmente o estabelecimento de algo – fato ou valor – a respeito do qual, por diferentes razões, é difícil se estar seguro” (AUSTIN, 1990, p. 123). Por exemplo: diagnosticar, interpretar, julgar, considerar junto, responsabilizar etc. Os segundos se relacionam com o exercício de poderes. Por exemplo: proibir, agraciar, estimar, confiar, prescrever, conceder, advertir, exigir, propor etc. Os terceiros caracterizam-se por “comprometer o locutor com um comportamento determinado” (OLIVEIRA, 2006, p. 164), “mas incluem também declarações ou anúncios de intenção, que não constituem promessas [...]” (AUSTIN, 1990, p. 123). Exemplos: dar a palavra, comprometer-se, jurar, provar, dispor-se, manifestar intenção, garantir etc. Os quartos se referem a atitudes e comportamento social. Trata-se de uma “reação ao comportamento e ao destino de outras pessoas e da atitude ou expressão de atitude diante do comportamento passado ou iminente de um outro” (OLIVEIRA, 2006, p. 164). São exemplos: agradecer, felicitar, criticar, saudar, desejar, reclamar, lamentar, queixar-se etc. Por fim, os quintos têm por finalidade a contextualização das expressões

linguísticas, como, por exemplo: classificar, mencionar, comunicar, testemunhar, reconhecer, relatar, corrigir etc. Em suma:

[com] as expressões veridictivas faz-se uso da força de julgar: com as exercitivas impõe-se influência, usa-se autoridade; com as comissivas assume-se uma obrigação ou se manifesta uma intenção; com as conductivas [“comportamentais” para Austin] assume-se uma atitude, e por fim, com as expositivas explicam-se argumentos, fundamentações, comunicações (OLIVEIRA, 2006, p. 164).

4. A constituição do conceito de violência no jogo de linguagem Mística do MST-CE

A violência estrutural, que organiza a sociedade a partir de relações materiais de exploração, tem sido bastante investigada em seus aspectos promotores de injustiças sociais e em suas representações simbólicas (BOURDIEU; PASSERON, 1975), utilizados para reforçar esse fenômeno tão complexo da vida social e cultural. São essas as representações da violência utilizadas por nós como uma ponte para compreendermos a dor alheia.

No contexto histórico-social do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a dor e o sofrimento que vêm sendo pensados pelas teorias da cultura como sendo a oposição da ação (ASAD, 2000), transformam-se em forma de ação e agência política, através dos atos de fala produzidos nas práticas discursivas daquele movimento. Vejamos as letras das canções produzidas pelo MST e por nós aqui analisadas:

Canção 1 - “O legado de Zé Wilson” (João Paulo Gomes)

Zé o **teu legado** por nós **está sendo**
Escrito nas ocupações de terra
Sempre escutamos teu grito,
Este grito **fortalece nossa indignação**
De luta pelos direitos negados
E também por transformação
Zé ô Zé, Zé Wilson Companheiro
Zé ô Zé, você é nosso Guerreiro
No setor Frente de Massa
Ele era o comandante
Nas lutas e estratégias
Ele foi exemplo brilhante
Pra dar continuidade no
Projeto de Reforma Agrária
No campo e na cidade.

(Extraída da “Cartilha de Músicas” do MST-CE)

Canção 2 “Aos 15[20]anos do MST-CE” (Vando)

15[20] anos já se passaram
Muitos já tombaram
Terra livre buscando
Homem mulher e menina
A luta aderindo e a fileira engrossando

O sangue na terra caído
Tem fortalecido todas empreitadas
O pequeno quer sair da lama
Os grandes já clamam as forças armadas
Baseado neste argumento

Que nem **o movimento**
Tanto tempo **persistiu**
A elite outros planos maquina
Pois massacre chacina
A gente já resistiu
Lideranças estamos ganhando
Por isso incomodamos os burgueses da nação
Em homenagem a cada vida ceifada
Uma bandeira hasteada
Num pedaço de chão

Refrão
E a burguesia diz: **é hora de acabar**
E o povo diz: **é hora de lutar**
Enfrentar a realidade
A luta por liberdade não pode parar
Na luta do povo ninguém cansa
A nossa esperança é a terra conquistar
Incerteza e ousadia tristeza e alegria
Estão na caminhada de quem busca
Um pedaço de chão
Ferramenta na mão e pele tostada
Mesmo com o sol causticante este
Povo migrante a luta não para
E o sistema o movimento execrando
Pro Brasil vai mostrando a sua verdadeira cara.
Não resistindo a nossa força jovem
Os inimigos fogem no hastear da bandeira
Jovens da zona urbana e zona rural
Este é o arsenal que compõe a fileira
Veste a blusa da luta e a bandeira levanta
O grito preso na garganta tem uma longa história
E como a lei mosaica na bíblia contida
Eles dão vida por vida
Em busca da vitória.
(Extraída da “Cartilha de Músicas” do MST-CE)

São frequentes nas canções do MST, como regras do jogo de linguagem de suas Místicas dramatizadas, as narrativas do martírio e das mortes de seus líderes e militantes do movimento. Os confrontos pela terra e a experiência moral de desrespeito, sofridos pelo MST, têm transformado os tópicos comumente evitados por nós, tais como sofrimento, dor e martírio, em motivação para um discurso de resistência, na rede cotidiana das atitudes morais emotivas de suas Místicas. É assim que atos de fala como “teu legado está sendo escrito”, “sempre escutamos teu grito”, “fortalece nossa indignação”, da canção 1; configurando-se como uma resposta ao comportamento e ao destino de outras pessoas, são usados para reiterar determinadas marcas identitárias dos militantes do movimento.

Nos atos de fala presentes na canção 2, “muitos já tombaram”, “o sangue na terra caído tem fortalecido todas empreitadas”, “o movimento persistiu, pois massacre e chacina a gente já resistiu”, percebemos que os sujeitos sociais veem suas experiências individuais do sofrimento e da violência superadas positivamente: aqui as palavras constroem uma ponte semântica que permite a constituição de uma identidade coletiva em sua luta pelo reconhecimento, “entre as finalidades impessoais de um movimento social e as experiências privadas que seus membros têm da dor” (HONNET, 2003, p. 258).

Desse modo, através dos atos de fala (AUSTIN, 1990) que constituem as músicas ritualizadas pelos/as Sem-Terra no “jogo de linguagem” Mística e no conceito de “experiência humana” (THOMPSON, 1981), percebemos que os militantes significam a “violência no campo” como uma forma de resistência, pois os “atos de violência” praticados contra os(as) trabalhadores (as) rurais sem-terra integrantes do MST-CE provocam uma espécie de indignação por parte dos demais Sem-Terra, fortalecendo ações e sentimentos de solidariedade e, conseqüentemente, reacendendo a chama da luta pela terra. Nesse sentido, podemos atestar, através das escolhas linguísticas dos (as) trabalhadores (as) rurais sem-terra integrantes do MST, o que afirma Honnet (2003, p. 258) em seu pensamento crítico: os motivos da resistência social e da rebelião se formam no quadro de experiências morais que procedem da infração de expectativas de reconhecimento profundamente arraigadas”.

5. Considerações finais

Esperamos ter demonstrado, neste artigo, que o estudo das formas de vida e suas significações deve ser realizado a partir da análise das micro-relações, a parte visível dos jogos de linguagem (como a Mística e as canções do MST), e das macro-relações, tais como a nova divisão internacional do trabalho, as reconfigurações do capitalismo tardio etc.

Diante desta análise, podemos constatar que, através dos jogos de linguagem do MST, os seus integrantes vivenciam a experiência da “violência no campo” como uma forma de resistência contra aqueles/as que sustentam que “é hora de acabar” com a luta pelo direito a terra e por transformações sociais. Tal resistência, longe de expressar uma relação simbólica dos/as Sem-Terra com suas lutas cotidianas, aciona as diferentes formas de motivação para continuarem lutando por uma “causa justa”.

A partir deste estudo, entendemos que é preciso desconfiar de uma definição geral de violência, uma vez que a experiência vivenciada pelo movimento social investigado ressignifica a violência para um sentido positivo: como expressão da motivação para a luta de classes, de acordo com uma visão progressista da história. Essa ressignificação aponta para as situações contrastantes de conceitualização da violência nas sociedades contemporâneas.

Referências

- ALENCAR, C. N. **As construções dos sentidos da violência nas práticas culturais do Sertão Central do Ceará**. Relatório de Pesquisa: Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Estímulo à Interiorização-BPI. Fortaleza: FUNCAP, 2010.
- ALENCAR, C. N. **Linguagem e medo da morte: uma introdução à linguística integracionista**. Fortaleza: EdUECE, 2009.
- ASAD, T. Agency and pain: an exploration. **Culture and religion**, New York, n.1, p. 29-60, 2000.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BOURDIEU, P; PASSSERON, J.C. **Reprodução**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1975.
- CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- JORNAL BRASIL DE FATO. **Transnacionais**, São Paulo, 248, dezembro, 2007, p. 1.
- MAIA, L. **Mística, educação e resistência no Movimento dos Sem-Terra - MST**. Fortaleza: Edições UFC, 2008.
- MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO CEARÁ (MST-CE). **Cartilha de músicas do XXII Encontro Estadual do MST-CE**. Madalena Fortaleza: MST, 2009.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO CEARÁ (MST-CE). **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Fortaleza, 281, abril, 2008.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO CEARÁ (MST-CE). **15 anos de MST-Ceará**. Fortaleza: MST, s/d, CD-ROM.
- OLIVEIRA, M. **Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- OTTONI, P. **Visão performativa da linguagem**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma lingüística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

RAJAGOPALAN, K. Resposta aos meus debatedores. In: RAJAGOPALAN, K; LOPES, F. (Org.). **A lingüística que nos faz falhar**: uma investigação crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p. 166-128.

ROMÃO, J. As raízes da luta pela terra. **Discutindo Geografia**, São Paulo, n. 6, p.24-25, 2006.

STEDILE, J; FERNANDES, B. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. Tradução de José Carlos Bruini. São Paulo: Nova Cultural, 1989. (Os Pensadores).